

EDUARDO BRITO

Isolando as esquerdas

— 3 ABR 1990

Em princípio, tudo estava pronto para que as primeiras medidas provisórias que compõem o Plano Collor entrassem em votação na sessão do Congresso marcada para as 14h30 de ontem. Quatro delas podiam entrar na pauta, duas já eram formalmente submetidas a discussão e os líderes haviam anunciado o sinal verde para esse conjunto. Com isso começaria um processo de limpeza de pauta, deixando-se para mais tarde a votação das questões polêmicas.

Só que não era para valer. Na verdade, havia um consenso, gerado em longas e exaustivas reuniões, de que melhor seria um acerto global. Mesmo a liderança do Governo, teoricamente a mais interessada em que se começasse enfim a aprovação do pacote econômico, dava-se por satisfeita com o ritmo dos trabalhos, sem que nada se votasse.

“Não se coloca um assunto delicado desses para ser votado por 500 pessoas sem que haja um padrão razoável de entendimento prévio”, dizia um dos principais articuladores entre os parlamentares governistas. “Ainda há muito o que conversar”, completava o deputado Humberto Souto, recém-investido na vice-liderança do Governo.

Conversa tem havido. Até demais. Ontem, por exemplo, as negociações entre os principais partidos estenderam-se até às 3h da madrugada, na casa do deputado Ricardo Fiúza, o líder do PFL na Câmara. O próprio Fiúza — que vem ocupando crescentes espaços na negociação, às custas das lideranças formais do Governo — se encarregaria de ir discutir o assunto com o presidente Collor no meio da tarde. Ao deixar o Planalto, resumia a situação em uma frase: “O Congresso suspira por uma fórmula exequível”.

Por trás dessas conversas desenvolve-se um jogo partidário bastante linear, O



CORREIO BRAZILIENSE

PMDB e o PSDB, em tese partidos de centro-esquerda e de oposição, atraíram o PL e segmentos importantes do PFL para compor uma base parlamentar interessada em abrandar pontos determinados do plano. É verdade que ninguém sabe ainda com quantos votos conta, nem mesmo os líderes do PMDB, mas é possível imaginar que esse bloco será o mais numeroso, na Câmara e no Senado. Mais do que isso, tem em si potencial para atrair votos até mesmo de grupos aparentemente fechados com o Governo, caso do PDS.

Essa frente tem o condão de isoliar a esquerda, que ficaria reduzida a cerca de 50 votos, polarizados em torno do PT e do PDT. “Eles se uniram em um bloco que vai do centro à direita, colocam em banho-maria a tramitação das medidas e a certa altura desencadeiam um rolo compressor para forçar a aprovação do pacote como quiserem ou como acertarem”, acusava o deputado José Genoíno, do PT.

A proposta básica dos petistas é a discussão em conjunto das medidas, com os demais partidos aceitando ao menos examinar suas propostas. Caso isso não se viabilize, a esquerda pretende ao menos forçar a votação de destaques, com as suas emendas, impedindo a aprovação em bloco. Para isso ela ameaça com a obstrução — e, pelo Regimento, poderá mesmo conseguir alguns resultados dessa forma, ainda que a Mesa e as principais lideranças tentem forçar a votação, mais para a frente.

O isolamento da esquerda, mesmo não havendo ainda um acordo dos demais partidos a respeito de questões essenciais como a política salarial ou os limites de saque, já é o principal resultado desse processo. Ela está fora do jogo. Não por acaso, ao sair do gabinete do presidente Collor, o deputado Ricardo Fiúza preocupou-se menos em examinar possíveis alterações no pacote e mais com um ataque ao ex-governador Leonel Brizola, para ele um exemplo de que os adversários do plano são ultrapassados e fora de moda.